



REVISTA
[●●●]
TRÊS PONTOS

REVISTA TRÊS PONTOS

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFMG

Ano 19, N. 1

Fevereiro 2021/

Junho 2022

ISSN: 1808-169X

e ISSN: 2525-4693

DIADORIM MARIA RODRIGUES

DIANALUZ C. L. CORRÊA

JOÃO PEDRO MONTOVANELLI MERISIO

ROSIANI SANCA MARTINS

UFMG
Universidade Federal de
Minas Gerais

[EDITORIAL]

Apresentação da Edição 19.1: Temática Livre

Estamos celebrando uma nova edição da Revista Três [...] Pontos que há mais de uma década e meia abre caminhos para a publicação de trabalhos de graduandas(os) e recém-graduadas(os) de diversas universidades do país.

Com enfoque nas discussões de interesse das Ciências Sociais, a edição de número 19, volume 1, é composta por um rico conjunto de reflexões sobre atualidades, docência, pedagogia e estudo de campo na Sociologia, nas Ciências Políticas e na Antropologia. Assim como em nossas edições anteriores, os artigos que compõem essa publicação introduzem diálogos relevantes em um movimento de fomentar debates específicos de seus respectivos campos de análises.

Como resultado da expansão da Revista Três [...] Pontos em seus 15 anos de publicação, a edição 19.1 integraliza artigos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); contemplando a diversidade que compõe o periódico ao longo de todos esses anos.

Partindo de nossa missão e comprometimento em proporcionar visibilidade e reconhecimento para discentes de todo o país, reforçando a importância da pesquisa e da publicação científica, o corpo editorial da Revista Três [...] Pontos deseja a todas(os) as(os) leitoras(os) uma excelente experiência! Agradecemos a todas(os) pela confiança depositada em nosso trabalho.

Aymee Crystina Santana

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criada em 2004, é um periódico com publicação semestral nos formatos impresso e digital, destinada a estimular a produção e divulgação de conhecimentos científicos de graduandos e recém-graduados e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A revista é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. Recebemos trabalhos em fluxo contínuo e publicamos artigos, resenhas, relatos de experiência, ensaios e entrevistas em língua portuguesa, além de trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, FAFICH/UFMG – Sala 4214,
Pampulha – CEP 31270-000, Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/issue/archive>

EDITORIA-EXECUTIVA

Aymee Crystina Santana (Discente-UFMG)

EDITORIA-ADJUNTA

Thiago Augustus Figueiredo Leão (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)
Theo Furtado de Oliveira (Discente-UFMG)
Leonardo Ferreira de Pinho (Discente - UFMG)
Ronan Deidson Gonçalves Torres (Discente-UFMG))
Eduarda Vogas Dias (Discente-UFMG)
Frida Rodrigues de Almeida (Discente-UFMG)
Mariana Fonseca de Castro Morais Martins (Discente-UFMG)
Aline Barcelos Pereira (Discente-UFMG)
Amanda Rodrigues Viana Oliveira (Discente-UFMG)
Amanda Sena Peixoto (Discente-UFMG)
Ana Luisa de Paula Menezes Costa (Discente-UFMG)
Bento Marmo Cabral (Discente-UFMG)
Julio Carlos de Souza (Discente-UFMG)
Laís de Andrade Grandi Salgado (Discente-UFMG)
Mariana Paschoioto Soares (Discente-UFMG)
Mariana Pesce Ribeiro (Discente-UFMG)
Miguel Cunha (Discente-UFMG)
Nonô Arantes Lima (Discente-UFMG)
Pedro Henrique Rocha (Discente-UFMG)
Rony Michel Braga Sampaio (Discente-UFMG)
Sulamita Divina Gomes de Aquino (Discente-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Carlos Pereira (FGV/EBAPE)
Prof. Cicero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (Princeton University)
Prof. Marcel de Lima Santos (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Pagu/Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Profa. Solange Simões (Eastern Michigan University)

PROJETO GRÁFICO

Eduarda Vogas e Sulamita Aquino

DIAGRAMAÇÃO

Raíssa Mateus de Oliveira Silva

IMAGEM DA CAPA

Fernanda Kaippert

REVISÃO

Alessandra Emanuelle Macieira Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Fafich-UFMG

CIRCULAÇÃO

Junho de 2023.

INDEXAÇÃO

Portal de Periódicos da ANPOCS, Portal Periódicos de Minas, Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral, Portal de Periódicos da CAPES, Sistema de Bibliotecas UFMG, Portal de Periódicos da UFMG, Diadorim, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Directory of Research Journals Indexing (DRJI), Google Acadêmico e Latindex.

QUALIS/CAPES

B4 para Antropologia/Arqueologia; B4 para Interdisciplinar; B5 para Ciência Política e Relações Internacionais; B5 para Sociologia; B5 para História (Quadrênio 2013-2016).

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES, TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
Ano 19, n. 1 (janeiro/junho de 2022) – Belo Horizonte, 2023.

V. ; 30,5cm. Semestral.
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/ UFMG
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1 Teoria social – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos 3. Sociologia e Antropologia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título

SUMÁRIO

EDITORIAL

3

Apresentação da Edição 19.1: Temática Livre
Aymee Crystina Santana

RELATO DE EXPERIÊNCIA

6

História oral da paisagem cultural do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro-MG)
Dianaluz C. L. Corrêa

ARTIGO

10

Morte animal como política humana: uma cartografia das políticas de extermínio de animais não humanos em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil
João Pedro Montovanelli Merisio

RESENHAS

18

GONÇALVES, Scheilla Nunes. (2018), Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Rio de Janeiro, UFRJ (Editora), 208p.
Diadorim Maria Rodrigues

25

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.29, p. 164-176, 2005.
Rosiani Sanca Martins

28

Crédito às Ilustrações

29

Nominata

HISTÓRIA ORAL DA PAISAGEM CULTURAL DO DISTRITO DE TABULEIRO (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG)

Resumo: O presente artigo traz a visão da Paisagem Cultural dos moradores do distrito de Tabuleiro por meio de seus relatos nas entrevistas de história oral temática realizadas pela autora e traz a perspectiva da memória coletiva dos lugares para compreender a história do espaço rural do distrito de Tabuleiro – MG. Os relatos dos depoentes nos proporcionam uma visão holística da memória acerca do distrito e os fatores que compõem a identidade de Tabuleiro são de natureza material e imaterial.

Abstract: *This article presents the residents of Tabuleiro district's view of the Cultural Landscape based on their narratives gathered through thematic oral history interviews conducted by the author and it brings the perspective of collective memory of the sites in order to comprehend the history of the rural area of Tabuleiro district in Minas Gerais, Brazil. The interlocutors' descriptions provide us with a holistic view of the memory regarding the district, and the elements that comprise Tabuleiro's identity are of both material and immaterial nature.*

O presente artigo é um relato das experiências vivenciadas no decorrer da escrita da dissertação de mestrado “Paisagem Cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais”, defendida no âmbito do programa de Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Traz as visões dos moradores do distrito de Tabuleiro acerca de sua “paisagem cultural”, sendo tais perspectivas coletadas a partir de entrevistas de história oral temática. Este artigo representa uma pequena parte dos desdobramentos e reflexões presentes em todo corpo documental produzido na dissertação, de maneira que todo conhecimento que sobeja das palavras dos depoentes pode ser trabalhado, ampliando as perspectivas sobre vários aspectos do mundo rural e do distrito do Tabuleiro. Os relatos proporcionam uma visão holística do distrito, incluindo aspectos físicos como dignos de memória assim como aspectos imateriais e espirituais, que caracterizam e dão identidade ao distrito.

O objetivo deste artigo é demonstrar a experiência vivida com os moradores do Tabuleiro ao tomar as entrevistas de história oral temática, apreendendo em suas falas a perspectiva de cada um deles acerca da paisagem do distrito.

A metodologia utilizada para este trabalho foi a História Oral Temática e, em seguida, a Análise de Conteúdo. As entrevistas foram tomadas a partir de um questionário prévio não rígido, de caráter apenas orientador, e cada depoente foi informado sobre a pesquisa e assinou um termo de Livre Consentimento. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra, para, em seguida, proceder a análise de conteúdo, listando-se todos os temas que foram abordados nas entrevistas, agrupando-os conforme a afinidade. A partir da análise de conteúdo, foi possível identificar alguns temas de importante interesse para a pesquisa, entre eles o tema da paisagem cultural e o que ela significa para os moradores de Tabuleiro.

As entrevistas foram feitas dando ciência aos participantes do assunto que iríamos tratar, que é a paisagem cultural do distrito de Tabuleiro. Assim, as pessoas trouxeram em seus relatos suas lembranças e memórias acerca do distrito, a fim de compor uma história da sua paisagem cultural. Algumas entrevistas foram colhidas pessoalmente e outras foram colhidas através de chamadas telefônicas.

Segundo Halbwachs (1990, p. 25-36), os relatos podem fortalecer, debilitar ou completar aquilo que sabemos sobre determinado exemplo. A primeira testemunha dos fatos é o *eu*, as lembranças que guardamos se adaptam ao conjunto de nossas percepções atuais e as lembranças dos outros nos ajudam a construir nossas próprias lembranças. Segundo este autor, as lembranças são coletivas, nunca estamos sós, de maneira que ele coloca que podemos passear com as pessoas e mesmo sem elas, pois muitas vezes estamos nos valendo do aprendizado obtido na convivência, desta maneira, nossas relações interferem na maneira como observamos a realidade.

Segundo Cristiano Rodrigues Silva (2020), morador de Tabuleiro, a história da paisagem local está marcada pelo isolamento em boa parte do tempo. Não havia estrada. As pessoas tinham uma rotina penosa de todas as sextas feiras irem caminhando 20 quilômetros de caminhos...trilhos...mato adentro até chegar ao Mercado Municipal da cidade de Conceição do Mato Dentro. Não havia mercearia e todos viviam na base do escambo, trocando trabalhos por gêneros de alimentação.

De acordo com o relato de Zenita Costa (2020b) as pessoas vendiam os gêneros que produziam em abundância, como abóbora, café e milho, no Mercado Municipal. Alguns pousavam na cidade para participar também da feira de sábado, e aí então, partiam ao meio dia de volta para o Tabuleiro, chegando ao entardecer, quase à noite, de volta ao Tabuleiro.

O Sr. Anísio Fernandes (2020) nos dá uma versão sobre o nome Tabuleiro, que consta inclusive no site da prefeitura de Conceição do Mato Dentro, dizendo que o Tabuleiro provém dos tabuleiros de quitanda que as mulheres traziam para a cidade.

A população em grande parte trabalhava como meeiros, em terras alheias, para obter metade da produção ou então ganhavam salário, que segundo Dona Zenita (2020b) conta, era uma pratinha de réis. Alguns iam para “as beradas da serra” trabalhar em suas próprias terras[...].

Moravam em casas de sapé cobertas com palha, poucos utensílios em casa, muitos deles feitos de elementos naturais, como talheres de bambu e cuias como pratos, tinham um quintal muito bem organizado, com horta e árvores frutíferas, um terreiro

Dianaluz C. L. Corrêa

Recém-formada na licenciatura e Mestre em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Contato:

<dianaluz.correa@ufvjm.edu.br>

Palavras-chave:

Paisagem Cultural; História Oral; Rural.

Keywords: *Cultural*

Landscape; Oral History; Rural.

com galinhas, alguns criavam porcos, quem criava porcos e galinha estava em vantagem na alimentação. Muitas casas possuíam engenho de farinha, de rapadura e moinho de fubá, parte dos trabalhos estava dedicada a estes engenhos. Algumas crianças eram escolarizadas até a quarta série, depois disso os estudos estavam impossibilitados de ter continuidade devido à distância que ficava a escola mais próxima. Nos anos 90, esse quadro se modifica com a instituição do ônibus escolar para as crianças. Muitos lembram da carência da alimentação na escola, e o Sr. Anísio (2020) coloca a memória do tempo em que um homem bondoso que morava ali perto oferecia a ele e aos colegas de escola rapadura e amendoim para que pudessem aplacar a fome até chegar em suas casas.

A paisagem de Tabuleiro, pelo relato dos depoentes se modificou bastante, sendo que foi apontada a diminuição das bicas de água, a modificação do próprio rio e também o crescimento significativo da sua área verde devido à implementação dos parques: Parque Natural Municipal do Tabuleiro e Parque Estadual Serra do Intendente.

O povo do Tabuleiro é composto principalmente por descendentes de europeus e de indígenas. Existem, além de pinturas rupestres, seja no sítio do Dourado, no Cânion Rio Preto ou na Lapa do Gentio; muitos vestígios da ocupação indígena, seja no sangue das pessoas caboclas ou em machadinhas e objetos perdidos no tempo. A história das indígenas pegas no laço se traduz na própria história da violência sexual sofrida por elas. Os homens não sobreviviam, eram mortos ou provavelmente escravizados. Uma fotografia de 1910 retrata no Tabuleiro alguns indígenas remanescentes. A herança indígena é lembrada com dor pelo seu remanescente Cristiano, que percebera o sofrimento de sua avó em seus olhos e diz que ele próprio é o índio que chorava na beira do Travessão pela índia roubada ali.

O posto de saúde em Tabuleiro é recente, sendo que alguns se lembram da dificuldade que era levar os doentes pelos caminhos até Conceição. Duas pessoas possuíam carro pelos idos da década de 70 e 80, são eles: Sô Nem, pai de Cici do bar central da cidade e Sr. Antônio Ferreira, dono da Mercearia. Ambos cobravam a corrida, o que impossibilitava muitos de tomarem esta condução.

Cristiano (2020) e Anísio (2020) nos contam que a energia elétrica é recente no distrito do Tabuleiro, remontando à década de 90. Todos viviam na base da lamparina e, devido ao grande breu que se instalava ao anoitecer, o ambiente se tornava frutífero para as histórias mal assombradas.

Anísio nos conta um caso de um caixão no meio da estrada e, no esteio destas histórias, há também as histórias de Ovnis, e Dona Zenita (2020b) conta com bastante verossimilhança os fatos ocorridos em sua propriedade. Muitos contam as histórias sobre seu Zé do Cilo, pai de um amigo meu, Elias, da padaria, e juntos fizemos uma turma de alfabetização de adultos. Segundo Cristiano conta, seu Zé do Cilo foi abduzido e deixado em um sítio mais distante, e nele colocaram um chip em sua cabeça. Sobre o Sr. Joaquim Elói, existem duas histórias conflitantes: uma contada por Cristiano (2020) e outra contada por Dona Zenita (2020b). Cristiano conta que o Sr.

Joaquim Elói deu tiros de espingarda no disco voador e a luz intensa cegou seus olhos, Dona Zenita conta que ele olhara pelo buraco da fechadura a luz intensa e, assim, ficou cego.

As pessoas se lembram com gosto das festas. Dona Palmira (2020a) nos conta a grande festança de seu casamento que ocorreu na cidade de Conceição do Mato Dentro, na Igreja Bom Jesus de Matosinhos e que a grande cavalaria acompanhou, voltando para Tabuleiro para festejar a noite toda. Também se lembram das festas religiosas, Nossa Senhora do Rosário e festa de São Sebastião... Dona Palmira (2020a) também fala que antigamente o padre vinha da cidade para celebrar a missa da Festa do Rosário e ficava três dias, de sexta-feira até segunda-feira de manhã e que, hoje em dia, não há mais esta necessidade, pois com o carro, ele pode ir e voltar durante todos os dias de festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem cultural de Tabuleiro está expressa nas relações que os indivíduos possuem com a natureza. Através dos relatos, podemos perceber alguns aspectos que são tratados no que podemos nomear de memória coletiva, dados obtidos através da análise de conteúdo (BARDIN; 1977, p. 95-149). Essa memória coletiva é composta por estas memórias colhidas individualmente, mas que expressam coisas em comum. Os pontos que foram retomados por vários dos depoentes podem ser considerados componentes da memória coletiva. Entre estes pontos comuns, podemos citar a memória do Tabuleiro, sobre como o distrito é lembrado por cada uma destas pessoas.

A história da paisagem cultural é contada por estes elementos escolhidos para concederem entrevista, sendo que todos eles repetem contos e fatos que podem ser considerados como memória coletiva. Estes pontos e fatos podem ser enumerados como:

- Memória de vender os gêneros no Mercado Municipal de Conceição do Mato Dentro;
- Lembrança de fazer o trajeto a Conceição a pé por falta de transporte;
- Vida trabalhadora;
- Memória de histórias de assombração e de óvnis;
- Memória da vida ter sido difícil;
- Memória das festas religiosas.

Podemos identificar a cultura do Povo do Tabuleiro, como uma cultura de um povo sofrido, que passou por diversas atribuições que lhes eram rotineiras, que implicavam o modo de vida destas pessoas. Podemos entender que a distância e o isolamento que implica a vida no Tabuleiro é uma marca que ficou na vida destas pessoas. A dificuldade de adquirir gêneros para a alimentação é também um fato recorrente nos relatos, sendo que a instituição do Parque Natural Municipal do Tabuleiro em 1998 foi um grande marco para a privação destas pessoas. Com a institucionalização do Parque as pessoas não podiam retirar da mata os gêneros de

primeira necessidade que antes tiravam, ou seja: lenha, caça e pesca. Dona Zenita (2020b) nos conta que muitas famílias pescavam para obter o sustento de seus filhos e que o Parque condenava a estes à miséria absoluta.

A memória coletiva das pessoas muito trata da estrada, como este item da urbanização teve impacto direto sobre os moradores. A estrada, como muitos dizem, era percorrida a pé durante muito tempo, antes de sua existência existiam apenas os "trios" (ou trilhos), caminhos, trilhas no meio do mato que chegavam até a sede municipal em Conceição do Mato Dentro.

A memória coletiva e a identidade estão estreitamente ligadas. Através da memória coletiva, podemos identificar pontos em comum entre as falas dos depoentes que podem nos dar a noção de uma identidade. As histórias contadas pelos moradores nos dão noção do que poderia ser identificada como uma identidade do morador do Tabuleiro, esta identidade está muito ligada ao sofrimento de uma vida difícil e trabalhadora. Esta é uma das possíveis identidades a serem tomadas. Podemos citar a habilidade de contar estórias extraordinárias também como uma identidade do Tabuleiro, seja por ter de fato vivido histórias extraordinárias ou porque replicam estas estórias por terem escutado de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. (1997). Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal. Edições 70.

COSTA, Palmira. Entrevista com Palmira Costa. [entrevista concedida a] Dianaluz da Costa Leme Corrêa. Paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro, MG. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Faculdade de Humanidades, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2020. p.147, 31 de Janeiro de 2020a.

COSTA, Zenita. Entrevista com Zenita Costa. [entrevista concedida a] Dianaluz da Costa Leme Corrêa. Paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro, MG. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Faculdade de Humanidades, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2020. p.158, 02 de Fevereiro de 2020b.

FERNANDES, Anísio da Cruz. Entrevista com Anísio da Cruz Fernandes. [entrevista concedida a] Dianaluz da Costa Leme Corrêa. Paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro, MG. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Faculdade de Humanidades, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2020. p.151, 02 de Fevereiro de 2020.

HALBWACHS, M. (1990), "A memória coletiva". Editora Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo: 33-34.

SILVA, Cristiano Rodrigues. Entrevista com Cristiano Rodrigues. [entrevista concedida a] Dianaluz da Costa Leme Corrêa. Paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro, MG. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Faculdade de Humanidades, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina. 2020. p.170, 03 de Fevereiro de 2020.



MORTE ANIMAL COMO POLÍTICA HUMANA:

UMA CARTOGRAFIA DAS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO DE ANIMAIS NÃO HUMANOS EM BRUMADINHO, MINAS GERAIS, BRASIL

Resumo: Pretende-se trilhar, aqui, um caminho que, ao seguir as pistas deixadas pelas mortes de animais-outros-que-humanos jogue luz sobre as razões e justificativas utilizadas para a adoção e manutenção de políticas de extermínio animal que compõem em realidades de catástrofes ambientais. Perseguidos, assim, a história do crime ambiental do rompimento da barragem de rejeitos de minério da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais (MG). A partir da análise documental de processos judiciais e de planos de contingência que demarcam uma ação oficial e regulamentada do manejo de animais nesse contexto, bem como de um apanhado de reportagens que compõem um possível imaginário social criado pela mídia em torno do caso, empreendemos uma investigação cartográfica com o objetivo de colocar a animalidade como ponto central no modo de contar essa história de extermínios autorizados e regulamentados. Busca-se, dessa forma, recolocar no campo político a questão da morte animal, desnaturalizando essas práticas e fazendo emergir indagações e hesitações que nos permitam ultrapassar o véu do negacionismo e levar em consideração a perspectiva das vítimas outras-que-humanas, mesmo sabendo que isso implica habitar o desconforto e as náuseas de nossas ações enquanto espécie humana.

Abstract: *There is, here, an intent to pave a way that by following the clues left by the other-than-human animals deaths' could be able to shed a light over the reasons and justifications utilized to embrace and maintain animal extermination politics that arises in environmental disaster contexts. This article pursues the history of Córrego do Feijão's tailings dam collapse, at Brumadinho city (Minas Gerais, Brazil). Through a documental analysis of court lawsuits, federal manuals that officialize animal handling practices in environmental disaster contexts, and through a series of media materials that composed a social imaginary around the crime, this article engages in a cartographic investigation with the aim of taking animality as a central point in the storytelling process surrounding these authorized and regulated exterminations. Therefore, we seek to replace animal death back into the political arena, denaturalizing those kinds of practices, bringing out questions and hesitations that could make us capable of surpass the negacionism veil and take other-than-human victims' perspectives into consideration, even knowing that it implicates staying with the discomfort and the nausea of our own actions as human species.*

INTRODUÇÃO

Este artigo acompanha a história do crime ambiental do rompimento da barragem de rejeitos de minério da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais (MG), considerando como ponto disparador as pistas deixadas pelas mortes de animais-outros-que-humanos vitimados pela catástrofe. Empreende-se, assim, uma investigação cartográfica, inspirada metodologicamente na proposta de Passos, Kastrup e Escóssia (2009), que coloca a animalidade como ponto central no modo de contar essa história de extermínios autorizados e regulamentados, dando voz e agência para esse "povo da terra" que não pode acessar o discurso como o entendemos.

Nesta investigação, foram perseguidos caminhos que viabilizaram a articulação de uma crítica ao abafamento das vozes animais, que, ao serem excluídas da política, são imediatamente capturadas por uma administração biopolítica das vidas animais (FAUSTO, 2017). Para isso, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e investigação sobre as publicações realizadas por veículos midiáticos, processos judiciais e documentos oficiais redigidos por diferentes atores envolvidos no caso do rompimento criminoso. É através do encontro entre pesquisador e animais – aqui produzidos narrativamente dentro do material analisado – que surgem da e na experiência, num movimento cartográfico (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), os caminhos trilhados neste artigo.

Entende-se a metodologia cartográfica como uma prática e uma atividade orientadas por uma diretriz menos de natureza propriamente epistemológica e mais ético-estético-política (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013). Ela aparece, então, como forma privilegiada, aqui, para que surja um novo cenário político, com novos atores, e torne-se possível acessar também perspectivas que não deixam que sejam ignoradas as manobras por meio das quais certos humanos são aproximados da animalidade, tendo destituídos os direitos que o pertencimento ao "clube da humanidade", como Krenak (2019) definiu, concede.

Ao deslocar o foco com que se analisa o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho para trazer à tona os animais enquanto sujeitos políticos capazes de contar histórias, não se pretende realizar uma revanche de um clã sobre o outro (PRECIADO, 2014), dos animais contra os humanos. Trata-se mais precisamente, como um objetivo, de destacar a possibilidade de aproximações e alianças multiespecíficas (FAUSTO, 2017) que desestabilizam a própria distinção entre esses clãs e que desnaturalizam as mortes – quaisquer que sejam elas – perpetradas por políticas de extermínio no capitalismo, partindo de um olhar não inocente e profundamente mundano (HARAWAY, 2022).

DA SOBRENATUREZA DA CATÁSTROFE ÀS ALIANÇAS COM OS POVOS DA TERRA: PORQUE TECER HISTÓRIAS ANIMAIS?

João Pedro Montovanelli Merisio

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Contato:

<joaopmontovanelli@gmail.com>

Palavras-chave:

Antropoceno; Animais; Extermínio; Brumadinho.

Keywords:

Anthropocene; Animals; Extermination; Brumadinho.

É inegável que os processos antrópicos causaram reverberações planetárias (HARAWAY, 2016). É, novamente, inegável que a velocidade catastrófica que o avanço da humanidade moderna imprime sobre o planeta Terra nos coloca, enquanto espécie, diante de um evento-limite. Evento este marcado por uma mutação do regime climático impulsionada/causada pelo capitalismo que fez da espécie humana uma força geofísica capaz de atuar contra a própria vida na Terra, num processo em curso de destruição planetária (DE LA CADENA, 2018).

Esta nova era geológica, denominada Antropoceno, se define por instaurar, como pontua Haraway (2016), o fim dos refúgios para as pessoas e outros seres. Cada vez há menos para onde correr das investidas civilizatórias da humanidade. E é, também, fruto de uma proposta de humanidade muito específica, decorrente de um modo de subjetivação capitalista-moderno-colonial-especista que, de acordo com Fausto (2020), ao discorrer sobre a Modernidade como descrita por Bruno Latour, localiza em duas casas distintas Natureza e Sociedade. Uma vez separados, esses domínios não podem se comunicar, pois qualquer tensão ou passagem entre eles é neutralizada por uma “hiper-incomensurabilidade” criada pelo movimento moderno. Este, levado a cabo pela pós-modernidade em seu intento civilizacional de separação entre humanidade e natureza (FAUSTO, 2020).

O que está posto com o Antropoceno são os fins de mundos. A premissa que a humanidade cria para encerrar tantos mundos, a lógica pela qual o Antropoceno opera deixando seu legado de terra arrasada é a do “desenvolvimento” em um regime capitalista. Assim, não é distante pensar que se o “desenvolvimento” é o que resultou no Antropoceno, então o massacre das vidas-outras-que-humanas e até mesmo de vidas humanas consideradas sub-humanas, é sua moeda corrente (*Idem*, 2014).

Os rastros funestos deste tempo se fazem notar em mais do que “mudanças climáticas”, Haraway (2016, p. 139) segue:

“[...] trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema. A recursividade pode ser terrível”

O que está em jogo, dessa maneira, são perdas parciais, cada vez mais frequentes, de funcionalidade na relação das sociedades humanas com o meio ambiente (MARQUES, 2020). Perdas que marcam a sinergia entre três crises estruturais na relação entre a sociedade humana moderna e o planeta Terra propostas por Marques (*Idem*, 2014). A primeira é a emergência climática, a segunda, a aniquilação em curso da biodiversidade e, por fim; a terceira, o adoecimento coletivo dos organismos. Três crises que podem ser observadas e entendidas em separado, mas que ao convergirem num mesmo momento – o Antropoceno – levam em direção, ao se reforçarem mutuamente, à recursividade catastrófica anunciada por Haraway (2016) com potencial de

afetar muito em breve a habitabilidade do planeta em que vivemos (MARQUES, 2020).

No entanto, é preciso esquivar-se da armadilha racista e especista contida na ideia da catástrofe enquanto puro resultado/resto da ação humana. Ao creditar a catástrofe a um ser humano neutro e imparcial, espécie natural tomada a parte de qualquer pluralidade cósmica advinda de povos diferentemente humanos e outros-que-humanos corre-se o risco de naturalizar a catástrofe e reafirmar a Grande Divisão (VALENTIM, 2014), que cinde cultura e razão criando dualismos – humano/natureza; macho/fêmea; civilizado/primitivo – dentro da lógica do mestre (FAUSTO, 2017), numa hierarquia do tipo dominação/subordinação. Nesse sentido o Antropoceno pode ser interpretado como um evento sobrenatural (VALENTIM, 2014). Pensar a sobrenatureza da catástrofe implica em reconhecê-la enquanto resultado de uma guerra travada entre mundos, como sugere Valentim (2014, p. 8):

“[...] penso certamente na guerra de Estado e sua magia negra, mas também nas guerras contra o Estado, por exemplo, na guerra xamânica dos índios contra os brancos, na guerra epidêmica dos animais contra os humanos, enfim, na guerra de Gaia contra a Civilização [...]”

Em meio a essa guerra ontológica, Gaia não se interessa em nenhuma conciliação com seus filhos ingratos. Seus tornados, tsunamis, terremotos e epidemias indicam que o Antropoceno é o fim da humanidade e, juntamente com ela, da biodiversidade tal como a conhecemos, mas não da vida. Gaia já se reergueu e continuará se reerguendo muito depois de nós humanos. Para que a humanidade sobreviva talvez seja preciso, então, um posicionamento nesse campo de batalha em prol da Terra, de Gaia. Uma nova direção de nossos afetos políticos, para baixo, um “aterramento” (LATOURE, 2020). Aterror no sentido de tornar-se da terra, terrâqueo, extra-humano. Sair do lugar transcendente que a humanidade ocupa como forasteira em seu próprio planeta e, nas palavras de Nodari (2013), entrar no mundo. “Se o extraterrestre é o humano projetado cosmicamente, o extra-humano é o terreno projetando o cosmos. Sair do humano é entrar no mundo” (*Ibidem*, p. 257).

Aterror, nesse sentido, passa por aventar possibilidades de aproximações e alianças multiespecíficas (FAUSTO, 2017) que desestabilizam as peças do jogo, que reconfiguram a forma como nos posicionamos no tabuleiro Terra. Haraway (2016) nos apresenta o que chama de um “slogan” para um tempo por vir no qual vislumbra a possibilidade da reconstrução dos refúgios eliminados pelo Antropoceno: “Faça parentes, não bebês!”. Com esse chamado, o que se pretende é desfamiliarizar o significado de “parente”. Trazer à tona outra forma de produzir conexões e cuidados mundanos – parentesco – que não mais se refiram a espécies uma a uma, mas sim a “tipos-como-arranjos” (*Ibidem*, p. 142), pois todos terrâqueos, no fim, são parentes em arranjos nos quais “compartilham de uma ‘carne’ comum” (*Ibidem*, p. 142). Além disso, o slogan lança luz sobre o fato de que o aumento populacional da espécie humana – que não para de fazer bebês – faz exigências que não podem ser suportadas pelo planeta sem grandes consequências para todos os terrâqueos. Fazer

parentes, não bebês, pode ser, assim, uma prática de cuidado e bem-estar multiespécie.

Pensar e devir-com vidas outras-que-humanas, povos da terra que vêm semeando formas outras de existir e conviver com e em Gaia, a despeito dos avanços civilizatórios mortíferos da espécie humana, pode ser uma forma de encontrar ferramentas para aterrar. Os fungos são viventes privilegiados para nos dar exemplos de companheirismos interespecíficos não egoístas. Apesar de seus apetites vorazes serem sempre ambivalentes em sua benevolência, a depender do ponto de vista – não se trata de relações inocentes – o fato é que os fungos, com seu papel na renovação de ecossistemas, são sempre companheiros de outras espécies (TSING, 2015). No encontro entre os filamentos do corpo fúngico, chamados de micorrizas, e as raízes de plantas, existe uma longa parceria na história da Terra. Os fungos foram e ainda são responsáveis pelo enriquecimento dos solos, permitindo a evolução das plantas com quem coabitam (*Ibidem*).

Mas, lembrando também que, como colocado por Fausto (2016), ao usar as palavras de Viveiros de Castro, pode não haver tempo – e já quase não há – para esse instituto Ocidental de imposição unilateral de códigos de linguagem e comportamento que chamamos de diplomacia, ou de boa convivência. Talvez nós, humanos, sejamos obrigados a nos retirar para nossos planetas de origem: Paraíso, Milênio, Transcendência e Espírito.

Se foi, portanto, a “mansão das liberdades modernas” (CHAKRABARTY, 2013, p. 11), que opera sobre a opressão e extermínio de uma infinidade de seres humanos e outros-que-humanos, que nos trouxe até a beira do abismo do Antropoceno, é preciso pensar de outro modo (FAUSTO, 2017), de uma forma mais formiga e menos cientista, apossando-me do imaginário mítico-real proposto pelo longa metragem Phase IV, analisado por Fausto (2016).

Tomar partido de Gaia é uma aposta na possibilidade de coexistir em detrimento de um sobre-existir proposto pela modernidade. Pode ser também a afirmação de um cosmos que constitui mundos em multiplicidade, e a recusa da paz ecumênica perseguida pelo projeto moderno que tenta traduzir múltiplos mundos em apenas diferentes perspectivas sobre um mesmo e único mundo, o mundo que nós humanos podemos acessar em sua essência através da razão (STENGERS, 2007). E, por fim, na iminência do fim da humanidade escolher, quem sabe, “o fim da civilização humana – mas talvez não o fim da espécie humana” (FAUSTO, 2016, p. 134).

TRAGÉDIA E MORTES EM BRUMADINHO

Sexta-feira, dia 25-01-2019, em Brumadinho, Minas Gerais (MG), dezenas de trabalhadores da mineradora Vale almoçavam no refeitório quando um tsunami de lama tóxica atingiu e devastou a parte administrativa da empresa, incluindo o local onde os funcionários se alimentavam. A barragem de rejeitos de minério do Córrego do Feijão, que armazenava o equivalente a 400 mil caminhões-pipa de rejeitos¹ havia rompido, apenas três anos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, também sob responsabilidade da Vale. Esses dois eventos marcaram a história recente do Brasil, fi-

gurando entre os maiores desastres ambientais do mundo no setor da mineração (LASCHEFSKI, 2019). Em Brumadinho, foram contabilizadas cerca de 270 mortes humanas², com outras vítimas ainda desaparecidas e uma extensão de mais de 300 km do Rio Paraopeba contaminada com a lama tóxica da barragem (*Ibidem*).

Foram divididas, via processo judicial, três instituições, denominadas Assistências Técnicas Independentes (ATI), que prestariam serviços de assistência para as áreas atingidas, a elas foram designadas regiões de atuação, totalizando cinco. A divisão se deu da seguinte forma, Regiões 1 e 2: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS); Região 3: Nacab; e Regiões 4 e 5: Guaicuy.

Apesar dos impactos causados na fauna, flora e em todas as comunidades tradicionais que ocupam o território, nenhuma pessoa foi condenada³. Ambas as empresas envolvidas, Vale S.A e TÜV SÜD – empresa alemã que atestou a condição da barragem antes do rompimento – continuam impunes. A vitória mais recente da população afetada, especialmente dos familiares e amigos das vítimas fatais do rompimento, foi a retomada da competência para julgar a ação penal do rompimento da barragem da empresa Vale em Brumadinho por parte da justiça estadual de Minas Gerais. O caso, que estava na esfera federal desde outubro de 2021, só voltou ao seu trâmite regular na Comarca de Brumadinho após decisão reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no dia 06 de junho de 2022; o que escancara a impunidade que vem se estendendo por mais de três anos.

SUJEITOS-VÍTIMAS ESQUECIDOS DE UM CRIME AMBIENTAL

Se em 25 de janeiro de 2019 a barragem de rejeitos de minério da Mina do Córrego de Feijão entrava em colapso, gerando grande repercussão nacional, no dia 28 de janeiro, três dias depois, diversos helicópteros cortavam os céus de Brumadinho. Alguns carregando suprimentos, outros auxiliando na localização e resgate das pessoas vitimadas pelo desastre-crime. Mas pelo menos um helicóptero, da Polícia Rodoviária Federal, sobrevoava a região com a prerrogativa de abater, com tiros de fuzil, animais acometidos pela lama advinda da barragem. Animais, sobretudo aqueles ditos de produção como cavalos, bois, vacas, mas também cachorros, aves e tantos outros, presos, parcialmente soterrados, ilhados, com fome, talvez feridos. Animais cujos grunhidos, mugidos, relinchos, clamavam por ajuda.

Os animais, reiteradamente vitimados, primeiramente pelo crime ambiental humano e seus desdobramentos imediatos – desdobramentos amplamente divulgados por veículos midiáticos – em segundo lugar pelo assassinato autorizado – nomeado como eutanásia – que constituiu o plano de contenção no momento iniciais dos resgates, foram, por fim, acometidos pelo descaso com a manutenção de suas vidas. Isto, claro, no que tange àqueles que, a despeito do que se planejou e do que se produziu enquanto política concreta de morte para eles, sobreviveram. Através dessas linhas os animais fizeram e fazem parte da história que o “desenvolvimento” humano, com seus opulentos empreendimentos, deixa como legado em Brumadi-

1 Reportagem disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/tragedia-de-brumadinho-4-anos-de-impunidade-e-sonhos-soterrados/>>.

2 Reportagem disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/tragedia-de-brumadinho-3-anos-de-impunidade-e-sonhos-soterrados/>>.

3 Reportagem disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/noticias/mil-dias-de-impunidade-do-rompimento-da-barragem-em-brumadinho>>.

nho. No entanto, este capítulo da história, o capítulo animal, quando é narrado, conta com narradores e narrativas demasiadamente humanos.

A comoção gerada pelo assassinato em série das vítimas animais presas na lama despejada pela barragem foi mínima. Não houve hesitação, a solução foi rápida, fácil. Como expressa em reportagem de 29 de janeiro de 2019⁴, ao Jornal Estado de Minas, o chefe da Defesa Civil de Minas, coronel Evandro Geraldo Borges: “O que vamos fazer? Deixar o animal sofrendo?”; e, ainda, em outra passagem: “Não tem jeito. Tem animal preso, outro com perna quebrada. Temos de fazer escolhas, de retirar as pessoas, ir atrás de sobreviventes. Tudo que está sendo feito foi pensado. É isso.” Seria leviano pensar que a decisão de atirar nos animais-outros-que-humanos vítimas do crime ambiental de Brumadinho partiu de um coletivo constituído multiespecificamente ou que, pelo menos, num fazer cosmopolítico, usando as palavras de Fausto (2017), consultaria a animalidade para chegar a uma conclusão tão contundente. Certamente nenhum boi, cabra ou cavalo teve sua perspectiva ou ponto de vista contemplado. Eles não foram chamados para darem sua opinião. Apenas humanos decidiram pelas vidas animais. E, mesmo assim, e talvez por isso mesmo, reitera-se, não houve hesitação.

Mas como seria possível chamar tais animais a darem sua opinião? Para responder a esta questão, Fausto (*Idem*, ano) recorre ao “fazer cosmopolítico” (STENGERS, 2007). Desse modo, o que produziria um campo político que contemplasse a opinião desses animais seria uma constante inquietude entre as vozes políticas que sempre as fizessem rememorar que a arena política é ocupada não só por aqueles que têm voz, mas também pela sombra daqueles que não a tem, não a querem ou não a podem ter. Então, seguindo o exemplo utilizado por Fausto (2017), quais seriam as relações possíveis se, num contexto de pandemia, em que testagens são feitas em animais cobaias de laboratório, cada experimento realizado tivesse que levar em conta que o que se pratica ali não é “abate” ou “sacrifício”, mas sim assassinato? E, se fossem erguidas estátuas em memória aos ratos que, junto aos cientistas, produziram a vacina para uma doença de escala mundial? Se para eles fossem dados nomes e seus aniversários comemorados? Talvez a morte animal não seria extinta, toda forma de existir no mundo é danosa a alguém, mas seria ela uma solução tão óbvia? Haraway (2022, p. 105) também elabora uma questão a esse respeito:

“O que acontece se os animais de trabalho forem outros significativos com os quais estamos em relacionamento consequente em um mundo irreduzível de diferenças parciais corporificadas e vividas, ao invés de Outro através do abismo do Um”

O extermínio como solução está longe de ser uma política original e inaugurada em Brumadinho, o que pode ser observado ao colocar este contexto em continuidade com uma série de casos já descritos. Fausto (2017), por exemplo, descreve o extermínio dos gatos na “ilha de Ascensão, um território inglês no meio do Oceano Atlântico, à meia distância entre a América do Sul e a África” (*Ibidem*, p. 74), onde os gatos errantes foram completamente

dizimados, num projeto ironicamente liderado por uma associação de proteção aos pássaros e aprovado por uma associação de prevenção à crueldade animal, o que fez a população de fragatas voltar a prosperar na região. No entanto, com a ausência de seus predadores, o número de ratos-pretos cresceu exponencialmente, ameaçando, assim, as andorinhas-do-mar-escuras. Muito embora esse encadeamento de acontecimentos fuja do reducionismo das causalidades simples, muitos outros fatores estavam envolvidos no declínio ou prosperidade dessas populações animais, vemos a morte autorizada de toda uma população sendo tomada como caminho e causando uma série de desbalanceamentos nocivos ao ecossistema. Por fim, não satisfeitos com o fracasso do primeiro empreendimento de assassinatos, os humanos retornam à prática de extermínio, agora contra os ratos-pretos que se tornaram um “problema” justamente por conta da prática de extermínio primeira, contra os gatos.

Inscritos nessa longa linhagem de práticas de morte animal perpetrada pela humanidade, que transforma o extermínio do outro em solução para todos, os assassinatos que ocorreram em Brumadinho deflagram uma narrativa moderna que, entre outros artifícios, em muito se pauta na chancela do discurso científico. A ciência, como discorre Latour (1994), nos permite mobilizar também a natureza, não em sua representação simbólica, mas a natureza tal qual ela “é”. Acabando, assim, por nos hiper-separar dela, negando os “híbridos que nunca deixaram de operar” (MOREIRA, 2014, p. 36) e construindo, ainda nas palavras de Moreira (*Idem*, ano, p. 36), ao analisar as obras de Latour:

“[...] um sistema de pensamento que seccionou o mundo em “dois poderes” separados entre si: de um lado, estariam as coisas-em-si, os não-humanos, representados pela Natureza, e de outro, descansaria a Sociedade – a cultura, a política – representante dos sujeitos, dos discursos, enfim, dos humanos.”

Não obstante, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) não tardou a se pronunciar sobre os assassinatos com uso de fuzis e helicópteros na região atingida pela lama. Em nota⁵, o CFMV caracteriza como “estritamente técnica” a decisão das execuções, com base na resolução nº 1000/2012, do próprio conselho. Como estabelecido na própria resolução nº 1000/2012, e reiterado no *Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais* (2020, p. 76), documento também do CFMV, sobre a eutanásia tem-se que:

“[...] algumas situações em um cenário de alto risco e de difícil acesso, no qual os animais podem estar em regiões sem acesso à água, alimentação, sombra e possibilidade de movimentação, a eutanásia deve ser realizada, pois o bem-estar desses animais está comprometido de forma irreversível.”

É, portanto, no sentido de retirar essas mortes do campo do domínio humano-científico, tornar as vidas dos animais-outros-que-humanos vitimados pela tragédia em Brumadinho não mais um objeto sob o qual a humanidade pode arbitrar, mas sim termos ativos no campo de forças políticas, que se insiste, aqui, na recusa dos termos “sacrifício”, “euta-

4 Reportagem disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/29/interna_gerais.1025671/animais-presos-no-barro-de-brumadinho-sao-sacrificados-a-tiros.shtml>.

5 Reportagem disponível em: <<https://istoe.com.br/brumadinho-eutanasia-com-tiros-em-animais-foi-tecnica-diz-conselho-veterinario/>>.

násia” ou qualquer outra palavra que procure abrandar o significado dessas mortes. A questão não é tão somente matar ou não matar. Mais do que isso, trata-se de não naturalizar essa morte que acaba por tornar-se óbvia ao ser capturada e codificada em um léxico e em uma gramática da técnica e da ciência. Os “abates”, “sacrifícios” e as “mortes” foram decisões políticas, de uma política tipicamente e demasiadamente humana.

Ao escrever sobre sua vida compartilhando moradia com três gatos, Fausto (2020) retorna paulatinamente ao uso do termo “refugiados políticos” para referir-se aos felinos que viveram na rua antes de se mudarem para o apartamento dela. Ao considerá-los refugiados, Fausto ativamente recusa dois termos recorrentemente utilizados nesse contexto. Primeiro, o termo “resgatados”, palavra que faz emergir todo um vocabulário salvacionista a respeito dos gatos e seus humanos salvadores. Segundo, a ideia de adoção, na medida em que por “adotar” entende-se perflhar no sentido essencialmente humano de família.

Para a autora, ao entender a biopolítica também se exercendo sobre as vidas animais, seria possível torcer as noções do que se considera um refugiado político a fim de abrigar os animais sobre tal classificação. Seus gatos, antes animais de rua, ou seja, vidas passíveis de que se exerça sobre elas toda sorte de práticas de higienização da cidade, que na maioria das vezes envolve morte, passam então a serem considerados animais companheiros, estes que têm, ao atrelarem suas vidas às de humanos, passe livre nas cidades, sendo até mesmo apreciados. Essa mudança de status expressa uma transição entre diferentes posições políticas dentro da organização da cidade, configurando o movimento de Fausto de abrigar os gatos em seu apartamento um ato político, e os próprios gatos enquanto seres políticos.

Dessa forma, dizer que os animais afetados pelos rejeitos da barragem de Córrego do Feijão foram assassinados ou mortos a tiros de fuzil, não utilizando os termos “sacrificados” ou “abatidos”, como se convencionou chamar, é proposital e atende ao objetivo de chamar atenção para o fato de que se pode, tal como sugeriu Fausto (2020) ao persistir no uso do termo “refugiados políticos”, reconhecer os animais outros que humanos em um campo político, não fora dele, e, portanto como sujeitos políticos, atravessados pelas forças biopolíticas que controlam sua possibilidade ou não de viver e de como viver. Talvez assim seja possível hesitar.

Hesitar como não pôde o chefe da Defesa Civil de Minas ao aventar como única alternativa o extermínio. Hesitar ao deparar-se com soluções que se apresentam como as únicas, as melhores, por quaisquer meios necessários. Por melhores que sejam as intenções, por mais vidas que se deseje salvar, ou, no caso dos assassinatos de animais em Brumadinho, por maior que seja o sofrimento que se pretenda amenizar, essas soluções são como brincar de Deus (FAUSTO, 2017). Em sua proposta cosmopolítica, Isabelle Stengers aventa a possibilidade da criação de um espaço em que se possa hesitar diante do que significa dizer “bom”. Invocar a posição do idiota, personagem do romance de Dosztoievski e mobilizado conceitualmente por Deleuze, que tem por característica desacelerar. O idiota não

se precipita, não arroga a si a posse dos significados, resiste à maneira como a situação é apresentada (STENGERS, 2007), em suma, entre uma alternativa e outra, escolhe hesitar.

É preciso lembrar, ainda, que a morte animal e seu apagamento enquanto sujeitos também vitimados pela catástrofe em Brumadinho não se encerrou nos assassinatos com armas de fogo. As ATI atuantes na região atingida denunciavam, através de seus documentos⁶, práticas e, principalmente, não práticas que continuam atualizando o lugar de invisibilidade ocupado pelos animais no período de gestão pós-desastre. O fornecimento de água por parte da empresa Vale, incumbida judicialmente pelo abastecimento, para consumo das populações das regiões atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho foi insuficiente e muitas vezes inexistente. Se para os afetados humanos a situação era precária, para os animais foi ainda pior. Animais morreram de sede, outros de doenças provenientes do consumo da única água que restava para eles, a contaminada. O descaso para com os animais-outros-que-humanos envolvidos nesse contexto evidencia uma posição dessubjetivada e apolítica atribuída a essas vidas. Seja por parte daqueles que provocaram o desastre, seja até mesmo por parte daqueles que lutam por justiça.

Ao analisar o documento redigido pela ATI responsável pelas regiões 1 e 2, AEDAS, de 2020, que elabora uma série de medidas emergenciais e mitigatórias a serem adotadas nas regiões, têm-se as palavras “animal” e “animais” aparecendo no corpo do texto 98 vezes, que em sua maioria esmagadora estiveram atreladas a uma noção objetificante que localiza tais vidas animais no campo dos bens materiais e atividades produtivas ou socioeconômicas. Muitas vezes tendo suas experiências enquanto afetados pelo crime ambiental postas em paralelo com como o solo, água e plantas foram afetados, todos esses tidos como partes inertes de uma paisagem, de uma “Natureza” infantilizada e assujeitada, em detrimento de um afetar-se humano, este em uma instância outra.

Outras 10 aparições estavam relacionadas ao manejo de animais silvestres e domésticos afetados. Muito embora a palavra “animal” nesse contexto não tenha sido atrelada ao conceito de bem material, existe aqui também uma ambiguidade. O bem-estar e a vida dos animais silvestres e domésticos são permeados pelo controle biopolítico – retomando Fausto (2020) – desses corpos no sentido de conter as zoonoses. Essa ambiguidade fica explícita ao observar-se o público-alvo descrito para as medidas envolvendo os animais silvestres: “Público destinado: Todas as comunidades afetadas pela contaminação dos animais e/ou plantas em áreas preservadas ou produtivas” (ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL, 2020, p. 98). Muito embora, vale ressaltar, os animais domésticos são aqueles que ocupam o lugar mais próximo de sujeitos que, em si e apenas por si, merecem os cuidados ali pautados, refletindo o que Perrota (2022) chama de “ética animalista”, que concede aos animais domesticados um enquadramento moral de suas vidas ao traçar continuidades entre animais-outros-que-humanos e humanos – o que ainda não emancipa essas vidas dos grilhões do “excepcionalismo humano” (TSING, 2015, p. 184).

6 Os documentos produzidos pelas ATI encontram-se disponíveis em seus respectivos sites. Ver <<https://guaicuy.org.br/>> , <<https://aedasmg.org/>> e <<https://nacab.org.br/>>.

7 Para a questão do meio ambiente, cf. Nascimento (2021, p. 59).

Esse tipo de classificação da vida animal não se restringe à AEDAS. Esse é apenas um exemplo de muitos. Todo tipo de produção, analisada nesta pesquisa, a respeito do caso de Brumadinho que envolva os animais, seja documental, jurídica ou midiática, é atravessada por uma lógica que diz de um modo de subjetivação capitalista-moderno-colonial-especista, ou sequer vislumbra a possibilidade de animais estabelecerem relações políticas e ocuparem a posição de sujeitos ativos, ou concede a eles um valor atrelado aos laços de similitude e continuidade com os humanos, seguindo uma “ética animalista” (PERROTA, 2022) que traça absolutos morais, reduzindo as possibilidades de viver nas complexidades mundanas e continuar juntos (HARAWAY, 2022). Nesse sentido, mesmo as entidades de proteção, que atuam em defesa das populações afetadas, produzem suas soluções e saídas, ou seja, a oposição, nos termos fabricados pela alternativa (FAUSTO, 2017). E as alternativas, alternativas infernais como definem Pignarre e Stengers (2005), são “uma falsa escolha imposta pelo capitalismo” (FAUSTO, 2017, p. 71), o que está para muito além da AEDAS ou de qualquer outra organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANIMAIS AFETADOS

Outra escolha intencionalmente sustentada neste artigo foi a do uso do termo “afetados” onde se convencionou utilizar “atingidos”, além da extensão do uso dessa categoria política, “afetados”, para contemplar também os animais-outros-que-humanos. Configura-se, assim, um duplo movimento: a negação do termo “atingidos” e a disputa pelo termo “afetados” ao percebê-lo enquanto demasiadamente humano. A categoria “atingidos”, apesar de já ter passado por ampliações significativas em relação ao grupo a que se refere, fruto de embate político entre população e empresas (SANTOS, 2015), permanece tendo seu sentido estritamente atrelado aos efeitos econômicos gerados pelo empreendimento (LOSEKANN, 2016). Portanto, começando por agrupar apenas proprietários da terra, e depois também aqueles ditos “inundados”, que são os deslocados compulsoriamente, seja esse deslocamento físico ou econômico (SANTOS, 2015), o termo “atingidos” carece de um olhar mais atento para toda uma miríade de envolvidos outros que também se encontram atravessados pelos efeitos tanto da implantação quanto do rompimento de empreendimentos como as grandes barragens de rejeito de minério aqui em questão.

Contrapor-nos aqui a essa categoria, “atingidos”, parece uma escolha um tanto óbvia. O atingido é por definição apenas o humano. Portanto, um “prato cheio” para aquele que se propõe a conferir aos animais categorias políticas exclusivamente humanas. Porém, um tanto quanto menos interessante que o movimento proposto, o de disputar, para os animais, aquele termo que não só é proveniente dos movimentos de militância, mas também da própria produção da ciência política: “afetados”. Que nasce da acusação da incompletude de seu par “atingidos”.

A elaboração latino-americana do termo “afetados” coloca em questão outras variáveis importantes do âmbito ambiental. Não se trata mais de retirar os empreendimentos de hidrelétricas e mineradoras de um território específico e passá-las para outro. O que está proposto nas demandas dos afetados vai além de concepções territoriais físicas, implica uma reelaboração do próprio sentido de territorialidade (LOSEKANN, 2016). Surge, dessa forma, uma resistência maior do que o conflito pontual entre uma comunidade e uma empresa. A resistência se dá em prol de um mundo e um modo de viver ameaçados (*Ibidem, ano*).

No entanto, apesar do uso do termo “afetados” aparentar trazer a solução para a questão animal, enquadrando-os dentro de sua definição, é preciso ainda hesitar. Que animal é esse considerado um afetado? A despeito do relativo avanço em relação ao reconhecimento da alteridade que a categoria latino-americana propõe, é possível ir ainda mais longe ao retirar a vida outra-que-humana do lugar do “meio ambiente”⁷, mero meio que circunda a vida humana. Ao mobilizar aqui a categoria política de “afetados” enquadrando vidas animais enquanto vidas políticas, evidencia-se, para os animais-outros-que-humanos, aquilo que Nascimento (2021, p. 49, grifo do autor) apontava para a questão das vidas vegetais:

“O fato é que quase nunca se coloca o sentido do viver vegetal em sua relativa autonomia. As florestas importam porque servem para regular a temperatura do planeta, fixando o carbono e liberando o oxigênio para a atmosfera. [...] Esse funcionalismo ou utilitarismo vegetal é um dos aspectos fundamentais do problema. O título de Ailton Krenak sinaliza isso muito bem: A vida não é útil (2020).”

O que parece faltar, portanto, para esse “animal” que comparece nas notícias, documentos e processos que circundam o caso do rompimento da barragem de minérios em Brumadinho é o seu enquadramento enquanto afetado. Afetado, sujeito político, alguém, e não alguma coisa, uma vida que tem o seu valor nas relações de uso (HARAWAY, 2022) que estabelece com os humanos, mas também para além delas. Não se pode perder de vista o emaranhamento mortal, irreduzível e jamais inocente das espécies companheiras (*Idem*, 2021), a fim de não recair sobre absolutos morais. O que está em jogo não é simplesmente não matar, mas sim não tornar matável (*Idem*, 2022). Para que, quem sabe assim, suas vozes apareçam como parte integrante e vital de grupos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ou de espaços como o encontro de Atingidas e Atingidos da Bacia do Paraopeba e Três Marias, que aconteceu nos dias 11 e 12 de junho de 2022, em Belo Horizonte, reunindo ribeirinhos, povos indígenas e todos outros humanos afetados pelo crime ambiental. E, se sua presença não se fizer por suas vozes, que seja retomando o conceito de “fazer cosmopolítico” de Stengers e mobilizado por Fausto (2017), pela inquietação que suas sombras produzem na arena do debate político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. (2020), *Matriz de medidas reparatórias emergenciais Região 1 – Brumadinho*.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (2013), "O clima da história: quatro teses". *Sopro*, 9:4-22.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. (2020), *Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais*.
- DE LA CADENA, Marisol. (2018), "Natureza incomum: histórias do antropo-cego". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69:95-117.
- FAUSTO, Juliana. (2014), "Os Desaparecidos do Antropoceno". *Anais do Colóquio Mil Nomes de Gaia*.
- FAUSTO, Juliana. (2016), "Terra e terror em Phase IV, de Saul Bass". *Viso: Cadernos de estética aplicada*, 10,18:124-141.
- FAUSTO, Juliana. (2017), *A cosmopolítica dos animais*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, datilo.
- FAUSTO, Juliana. (2020), *A cosmopolítica dos animais*. São Paulo, N-1.
- HARAWAY, Donna. (2016), "Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes". *ClimaCom Cultura Científica*, 3,5:139-146.
- HARAWAY, Donna. (2021), *O manifesto das espécies companheiras: Cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.
- HARAWAY, Donna. (2022), *Quando as espécies se encontram*. São Paulo, Ubu.
- KRENAK, Ailton. (2019), *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. (2019), "Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho-MG: Desastres como meio de apropriação de territórios por mineradoras". *Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia*.
- LATOUR, Bruno. (1994), *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LATOUR, Bruno. (2020), *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo.
- LOSEKANN, Cristiana. (2016), "A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 20:121-164.
- MARQUES, Luiz. (2020), "A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas no Brasil?". *UNICAMP website*, 5, Maio, 2020. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-no-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas>>.
- MOREIRA, Fernanda Cristina. (2014), *Redes xamânicas e redes digitais: por uma concepção ecológica de comunicação*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo, datilo.
- NASCIMENTO, Evando. (2021), *O pensamento vegetal: A literatura e as plantas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- NODARI, Alexandre. (2013), "O extra-terrestre e o extra-humano: notas sobre a revolta cósmica da criatura contra o criador". *Landa*, 1,2:251-272.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.). (2009), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Sílvia. (2013), "Editorial v. 25, n. 2-Dossiê Cartografia: pistas do método da cartografia-Vol. II". *Fractal: Revista de Psicologia*, 25,2:217-220.
- PERROTA, Ana Paula. (2022), "Animais domesticados e desastres: entre a preocupação sanitária e humanitária". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37,108:1-19.
- PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. (2005), *La sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoutement*. Paris, La Découverte.
- PRECIADO, Paul Beatriz. (2014), "O feminismo não é um humanismo". *Territórios de filosofia*, 26, Novembro, 2014. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/11/26/o-feminismo-nao-e-um-humanismo-beatriz-preciado/>>.
- SANTOS, Mariana Corrêa. (2015), "O conceito de 'atingido' por barragens - direitos humanos e cidadania". *Revista Direito e Práxis*, 6,2:113-140.
- STENGERS, Isabelle. (2007), "La proposition cosmopolitique", in J. LOLIVE & O. SOUBEYRAN (orgs.), *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris, La Découverte.
- TSING, Anna. (2015), "Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Ilha: *Revista de Antropologia*, 17,1:177-201.
- VALENTIM, Marco Antônio. (2014), "A sobrenatureza da catástrofe". *Landa*, 3,13-25.



GONÇALVES, Scheilla Nunes. (2018), MULHERES DOS ESCOMBROS: A CONDIÇÃO DAS MULHERES PERIFÉRICAS EM TEMPOS DE CATÁSTROFES. Rio de Janeiro, UFRJ, (Editora), 208p.

"Capitalismo e crime é como níquel e o ímã: é sempre atração forte."

bingo, Don L [2021].

Diadorim Maria Rodrigues

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Contato:

<diadorim.rodrigues@gmail.com>

Esta resenha tenciona produzir uma análise da tese de doutorado "Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes" da autora Scheilla Nunes Gonçalves, defendida em 2018, que possui como propósito "demonstrar o potencial elucidativo de uma crítica categorial do patriarcado capitalista para a compreensão de sua crise e do vínculo que considero existir entre esta e o atual aumento da violência contra as mulheres" (GONÇALVES, 2018, p. 25). Gonçalves é doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), além de possuir mestrado (2012) na mesma área e instituição e ser graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2009). Atuou até então principalmente no estudo dos seguintes temas: pesquisa e produção social de conhecimento na contemporaneidade, crise do capitalismo, feminismo, violência contra a mulher e a condição das mulheres na periferia do capitalismo.

O argumento central que a autora desenvolve em sua obra se situa no campo da crítica do valor-dissociação ao tratar da constituição do patriarcado capitalista e sua responsabilidade, no atual momento histórico, pela violência contra as mulheres, em virtude da complexa crise estrutural que mina esse sistema. Para tanto, Gonçalves parte das elaborações de Roswitha Scholz para tratar da especificidade histórica da determinação patriarcal das relações sociais. Desse modo, esse argumento investiga uma estrutura cultural a partir de um entendimento específico da estrutura patriarcal, pensada como "patriarcado sem sujeito" (SCHOLZ, 2013).

Essa estrutura se constitui e se estrutura a partir da cisão de duas esferas, a masculina e a feminina, de modo que a primeira diz respeito ao trabalho abstrato, ao Estado, à política, à arte, à ciência, etc, ao homem; ao passo que a esfera privada incide no ideal feminino, constituído pela família, pela sexualidade, pela subjetividade, etc. Assim, o privado como espaço primordialmente feminino é funcionalizado como um "recosto" do público, espaço masculino por excelência. Portanto, para o campo teórico conhecido como crítica do valor-dissociação, a cisão entre as esferas do homem e da mulher é fundamento indissociável do patriarcado produtor de mercadorias.

Assim, com essa cisão, e no contexto do desenvolvimento da Modernidade, o homem foi equiparado à cultura e a mulher à natureza. A ascensão do homem como protagonista da socialização do valor requereu que as outras esferas (externas à produção de valor) também fossem importantes, integrando-

-se e fazendo-se necessárias para a manutenção da esfera pública – assim, invocando uma sombra do valor. Desse modo, o movimento argumentativo feito por Gonçalves é o da "compreensão histórico-crítica da teoria de Marx que não naturaliza o 'valor', reconhecendo-o como forma de representação do trabalho abstrato que, ao ascender como princípio masculino, produz o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental" (GONÇALVES, 2018, p. 27).

Adiante, a autora articula o argumento de Robert Kurz (1997), que trata das origens destrutivas do capitalismo, para traçar relações entre a acumulação primitiva, a violência e a fundação do patriarcado capitalista. Segundo Kurz (1997), a forma social capitalista teria surgido em decorrência da emergência das armas de fogo, uma vez que elas tornaram obsoletas a cavalaria feudal e suas formas pré-capitalistas; com o surgimento dos canhões, extrapolaram-se os meios de produção até então existentes, ocasionando a exigência da construção de grandes fábricas e de uma indústria armamentista específica. Junto a isso, foi necessário que houvesse uma economia de guerra que, por sua vez, gerou capitalistas usurários e comerciais, um exército e soldados que se tornaram protótipos dos assalariados modernos, outrora antigos guerreiros agrários. E é através de proclamações de "liberdade" e "progresso" que se oculta o traço que relaciona a guerra ao capitalismo. Portanto, é imprescindível compreender as atrocidades soterradas pelas ilusões capitalistas que foram fundidas na sua constituição para assimilar outras atrocidades – as do presente. Sobre esse ponto, Gonçalves destaca a importância de pôr em análise a ascensão da modernidade e sua relação com as armas de fogo para compreender a violência forjada pelo patriarcado moderno.

Com isso, Gonçalves mobiliza a tese de Silvia Federici (2016), presente no livro "O Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva", que lança luz sobre o papel da caça às bruxas para a acumulação primitiva que ocorreu entre os séculos XVI e XVII na Europa e no Novo Mundo como um impulso importante para o desenvolvimento do capitalismo, assim como o foram a colonização e a expropriação do campesinato europeu moderno de suas terras. Federici também assinala que a transição do modo de produção feudal para o capitalismo é primordial para a teoria feminista, uma vez que é operada a reconfiguração das tarefas (re)produtivas e das relações entre homens e mulheres, por meio de instrumentos de violência e intervenção do Estado.

Gonçalves, através de Federici, nos apresenta um panorama histórico, começando no final do século XV, após a Peste Bubônica que ceifou de 30%

a 40% da população europeia, sobre o surgimento de uma política sexual que marca o nascimento do Estado. As autoridades políticas recrutaram os mais jovens e rebeldes para desempenharem políticas sexuais que permitiram que violações deixassem de ser consideradas delitos se as vítimas fossem mulheres de classe baixa. Não houve qualquer esforço para ocultar tais práticas, de modo a legitimar uma ação misógina e relativizar uma violência contra a mulher, acenando para a caça às bruxas que aconteceria no mesmo período.

Para Federici, a principal ação do Estado para aumentar a população foi dissociar o controle das mulheres sobre seus corpos e a sua reprodução, impondo às pessoas com útero uma severa pena contra a anticoncepção, o aborto e o infanticídio. Houve também a demonização do controle de natalidade e da sexualidade que não fosse estritamente reprodutiva, através da caça às bruxas. Além disso, as parteiras foram destituídas de seus trabalhos e trocadas por homens, colocando a mulher como sujeito passivo do parto. “O resultado desta política que durou séculos foi a transformação do útero feminino em território público sobre o qual atua e arbitra o Estado e a ciência como esferas masculinas” (GONÇALVES, 2018, p. 46).

Esse panorama histórico exposto por Federici em “O Calibã e a bruxa” e exposto por Gonçalves acena para um processo que, violentamente, torna central o trabalho assalariado, dissociando o feminino dessa esfera. Gonçalves argumenta que é necessário estabelecer que a dissociação do feminino está vinculada ao fortalecimento da forma-valor e, assim, aos outros elementos que lhe são constitutivos, uma vez que uma distribuição de riquezas mais justa e uma remuneração do trabalho doméstico não seriam suficientes para superá-los.

Nesse sentido, Gonçalves desenvolve o argumento da constituição histórica do patriarcado capitalista como resultado da relação entre a forma social e a forma de pensamento na história. A fundação dos princípios iluministas sempre esteve articulada aos pressupostos de exclusão que privilegiaram o indivíduo branco, cis e masculino. A ciência moderna carrega no seu bojo racional essa irracionalidade. A racionalidade moderna não está sexualmente isenta; ela ampara em si categorias em que o gênero esteve à mercê do desenvolvimento ao longo da historicidade da ciência moderna. O conhecimento moderno se fundamenta no formalismo matemático, preocupando-se em classificar e calcular apenas. O pensamento rejeita a contradição, o conflito, a historicidade e as particularidades, obscurecendo a vista sobre o fenômeno da barbárie na sociedade em detrimento de uma aparelhagem matemática (e utilitarista), conjugando e fazendo de si a única medição válida do mundo. Com isso, o caos da natureza passa a ser associado ao feminino. Contudo, a natureza é somente feminina quando for ameaçadora, anárquica, difusa, múltipla e impura; quando representa, então, o cognoscível, o soberano e a racionalidade, ela recai no masculino.

Portanto, Gonçalves apresenta um trabalho histórico ao lançar luz sobre várias relações causais. A começar pelo deslocamento do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista em virtude das armas de fogo, provocando uma mo-

bilização de matéria prima e de força de trabalho para que essa nova configuração tivesse êxito. Na medida em que foi necessária a procura de metais para esse processo, houve também a necessidade de expandir as indústrias mineiras e siderúrgicas. Foi preciso uma logística que não era suportada pelo modo de produção até então desenvolvido pelo sistema feudal. A partir daí, o dinheiro passou a ser a medida de todas as coisas. O capitalismo se desenvolve de tal forma na modernidade, a partir de suas próprias contradições produzidas pela sua automação, que se depara então com seus limites lógicos: “à medida que a eliminação de trabalho vivo, que é a única fonte de criação de mais-valor, efetivamente impõe limites ao crescimento da acumulação real, vê-se que há um limite lógico para a acumulação como um fim em si do sistema produtor de mercadorias” (GONÇALVES, 2018, p. 75).

A autora parte da compreensão de que, a partir dos anos de 1970, houve uma expansão ainda maior do capitalismo para todas as esferas da vida social, subjugando a natureza em sua formatação sistêmica de produção, tornando-a uma mercadoria para ser consumida pelos complexos financeiros-agroindustriais. A crescente urbanização pelo mundo tem realocado um contingente de indivíduos para as grandes cidades, gerando um amontoado de misérias e violências, ao passo que isso representa o triunfo do capital. Em consequência disso, novos cozeiros dessa forma social são gerados, sendo a sua própria expansão e a quantidade finita de recursos naturais para a sua manutenção.

Trata-se de uma crise estrutural, portanto, cuja forma social não consegue se produzir sem se autodestruir. Gonçalves, em sua nota de rodapé, explica que, dentre as abordagens sobre a teoria da crise, a saber, de Mészáros (2002, 2010) e Mandel (1985), por exemplo, optou por aquela desenvolvida por Kurz (1998, 2014), justamente por esta apresentar uma crítica categorial do patriarcado produtor de mercadorias e conceber a lógica da “contradição em processo” (enunciada por Marx).

Neste ponto do texto, Gonçalves articula e resgata o argumento da leitura dessa crise estrutural a partir dos pressupostos críticos do valor-dissociação, relacionando-a com a pertinência da dissociação do feminino, a guerra e a destruição dos recursos naturais e, adiante, com a condição do caos brasileiro e a condição das mulheres no país. Não houve, portanto, uma superação no patriarcado produtor de mercadorias nesse contexto de crise, muito pelo contrário: houve o seu “asselvajamento”; pois (aqui um ponto muito forte) a forma-valor hoje determina objetiva e normativamente quase tudo. Nas violentas rupturas sociais da crise mundial, as mulheres são responsabilizadas já não apenas pela esfera da reprodução, mas em igual medida pelo sustento da casa, sendo que mantém a discriminação e a violência as quais estão submetidas (GONÇALVES, 2018, p. 84).

Sobre a relação que se estabelece entre o patriarcado produtor de mercadorias e a guerra, é importante notar como o surgimento do capitalismo esteve imbricado com a revolução das armas de fogo, como também o seu amadurecimento no século XX foi caracterizado para suplantando as guerras deste século. Nesse sentido, as mulheres associa-

das, por sua vez, à natureza, à passividade e outras categorias dissociativas, entram em contraste com os valores associados aos homens, que são a coragem, os grandes feitos, a capacidade, a guerra (mas não a guerra em sua totalidade; a guerra somente enquanto atos heróicos e não em sua dimensão destrutiva). Desse modo, parece ser um pressuposto do patriarcado capitalista a marginalização e o desprezo pela mulher, bem como pelas esferas da natureza e do social, uma vez que as necessidades do mercado prevalecem em relação às vidas humanas. O homem, sendo assim, é a formatação do ser humano, senhor da vida e da morte, da política e da economia, da guerra e seus atributos – sendo este compreendido pela racionalidade masculina moderna como um sacrifício necessário para se atingir o êxito econômico, a produção de riquezas e, em última instância, a “civilização”.

Não cabe, para a autora, apreender essa realidade violenta com o objetivo de valorizar então o feminino dissociado, tampouco superestimá-lo, uma vez que o revés do valor também o constitui. Apresenta-se o desafio do movimento ainda maior para superá-lo, devendo-se encará-lo como uma experiência que empobrece a existência humana em sua totalidade. À parte disso, a autora retoma o fim irreversível do patriarcado produtor de mercadorias na medida em que ele nega a força de trabalho humano em detrimento do processo altamente tecnológico, gerando, assim, uma massa de excluídos sob o teto da barbárie. Das mulheres, é esperado que administrem a reprodução da vida e suportem a violação de seus corpos; aos homens, são atribuídas as tarefas da guerra, como, por exemplo, o tráfico de drogas, ramos de conflitos armados etc. O que Gonçalves argumenta é que esse contingente de pessoas sem lugar acaba por ser destinado à criminalidade, assim:

(...) de qualquer maneira, para os “sobrantes”, a criminalização está colocada de antemão, se desde a juventude são apresentadas às populações excluídas as atividades à margem da legalidade como opção para ter algum acesso ao universo de consumo dos incluídos, a barbárie a que estão submetidos independente de qualquer associação ao crime, via de regra suas vidas são marcadas pela violência cotidiana determinada pelo território da moradia, pela cor da pele, pelas marcas da pobreza, num cenário de guerra em que os alvos são sempre os mesmos (GONÇALVES, 2018, p. 93).

Ao encerrar o capítulo, Gonçalves acentua a urgência mediante a qual nos deparamos. Tratar desse quadro de crise estrutural supracitado e condição obrigatória para produzirmos uma síntese capaz de nos lançarmos para um horizonte que rompa com essas categorias do patriarcado capitalista. Essa forma social engendra mecanismos de opressão que fortalecem um panorama bárbaro de punição. É importante, assim, salientar que é impossível tratar da violência sexista direcionada às mulheres (principalmente as periféricas, uma vez que são o impulso central da tese) com os mesmos instrumentos punitivos que a fundamentam.

No capítulo “Formação nacional ao revés”, Gon-

çalves discute a experiência do desenvolvimento capitalista no Brasil criticando o atual debate público, uma vez que ele se assenta em polarizações simplistas que dizem apenas sobre as diferenças projetivas nas estratégias de administração do Estado. De modo geral, a gravidade da crise mundial não é abordada nessas discussões. Em consequência disso, a crise econômica nacional é tratada exclusivamente em termos políticos, como se o erro estivesse nas escolhas administrativas do Estado. E mais, são reivindicados a luta por direitos, a distribuição mais equânime de riquezas, o trabalho, sem levar em consideração que o capitalismo não possibilitou nenhum cenário emancipatório no globo.

Gonçalves busca produzir uma crítica das aspirações que giraram em falso em torno da realidade do capitalismo periférico. Segundo a autora, “o esforço custoso de sacrifícios e o fracasso do processo de modernização no Brasil não são particularidades nossas (...), na verdade são parte da imposição destrutiva da capital e do seu colapso” (GONÇALVES, 2018, p. 114). Por sua vez, o mito do desenvolvimento se pauta na crença de que o pico de evolução já tenha sido atingido por alguns, no caso os países industriais e os centros urbanos, insinuando que os *Outros* (mulheres, povos não brancos ocidentais, camponeses, ciganos...), os países subdesenvolvidos, poderiam alcançá-los caso se esforçassem. Nesse processo, contudo, é aparentemente ignorada a violência que foi imputada para constituir essa forma social capitalista em detrimento dos *Outros* e da natureza.

Durante muito tempo, foi possível sustentar o mito do crescimento ilimitado em virtude das divisões coloniais do mundo. A relação hierárquica entre centro e periferia, homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, Norte e Sul, permitiu a *exteriorização dos custos*, expressão de Mies (1993), possibilitando a expansão dos imperativos econômicos do capitalismo: muito frequentemente os custos econômicos, ecológicos e sociais do crescimento constante tem sido transferidos para as periferias do Sul e suas populações. Assim como recai sobre as mulheres os custos da reprodução da vida. Trata-se do *revés obscuro do valor*, tese de Scholz (2013), sobre a dissociação-sexual, marcando-se como um fator constituinte do patriarcado produtor moderno. Contudo, o limite material do mundo não é infinito.

É preciso reconhecer o caráter destrutivo do desenvolvimento e das formulações abstratas que o acompanhou, reconhecendo também que os resultados predatórios e o colapso do desenvolvimento levam ao aprofundamento da violência. Não há extração de petróleo sem assumir graves riscos humanos e ecológicos e não há monocultura que preserve o solo, por exemplo. Portanto, “não há produção de mercadorias social e ecologicamente sustentável” (GONÇALVES, 2018, p. 120). Em relação à violência contra as mulheres, segundo a autora, o recrudescimento da pobreza agrava o quadro no qual muitos homens, impossibilitados de participarem dos espaços de poder, procuram formas de expressar sua virilidade, como, por exemplo, o nacionalismo, o fundamentalismo religioso, o militarismo, o moralismo, etc.

Por fim, a autora acena para uma quebra das expectativas positivas que giram em falso em torno

da modernização capitalista. Nesse sentido, pensar o sofrimento das mulheres periféricas, aqui chamadas de “mulheres dos escombros”, implica “mobilizar muitas pás para retirar o acúmulo de destroços que nos impede de visualizar qualquer horizonte” (GONÇALVES, 2018, p. 124). Ademais, além de reconhecer que é uma impossibilidade lógica aspirar ocupar espaços de poder estruturalmente masculinos e destrutivos, é importante entender que não há vida possível nesse processo.

Adiante, ao discutir a violência colonial e a invenção da raça, Gonçalves diz que o colonialismo consiste em uma condição de existência da modernidade na periferia do capitalismo, não sendo algum traço característico do pré-capitalismo que foi carregado por incompetência e, portanto, que deva ser superado. Nesse sentido, Gonçalves cita Maurílio Botelho (2013), a partir do ensaio “Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina”, argumentando para compreender a periferia do sistema global não como uma simples extensão territorial e econômica do mercado, mas como o seu *Outro*, conferido justamente pelo processo de modernização e de dissociação. Portanto, busca situar a “colonialidade como traço destrutivo da modernidade” (GONÇALVES, 2018, 126). Não obstante, a construção do ideário do europeu “civilizado” atrelada a uma forma abstrata de liberdade faz com que a violência sistemática desse modo colonial de operação seja apagada em detrimento do “aventureiro corajoso que enfrenta povos selvagens com o objetivo de salvar o mundo”.

Os povos atravessados pela colonização foram sendo incorporados por meio de dinâmicas de classificação, seleção e discriminação, possibilitando que eles fossem subjugados. É então naturalizada a forma como uma infinidade de etnias são apagadas e reduzidas a definições que exterminam as diferenças. Gonçalves diz que essas classificações redutoras “atuam para definir discriminações generalistas sobre o que consideram ser índios e negros, utilizando-se para efetivar divisões da força de trabalho de acordo com as novas necessidades do mercado em formação – o que vai determinar a criação da concepção de *raça*” (GONÇALVES, 2018, p. 128).

A concepção de raça surge a posteriori para justificar a escravidão negra, por exemplo, inventando atributos físicos. Para Quijano (2005), citado por Gonçalves, nada tem a ver a biologia com o constructo raso da raça, mas sim com a história do capitalismo mundial a partir da relação entre colonialismo e a modernidade eurocentrada. Assim, se o trabalho livre é a forma mais acabada da modernidade, relegar aos grupos inferiorizados outras formas de produção (nesse caso, não assalariadas) é prática evidenciada pela colonialidade, ou seja, o critério racial acompanha a forma necessária de inserção na dinâmica global da produção de mercadorias.

Argumenta-se que a criação das categorias de negro e indígena estiveram associadas à implementação de relações de produção não assalariadas no processo de colonização. Estas, por sua vez, estavam submetidas ao processo de produção de mercadorias do capital. Assim, mesmo depois que os negros e indígenas são incorporados no trabalho assalariado, suas condições são quase sempre inferiores. Essa compreensão permite superar o esque-

ma escravismo-feudalismo-capitalismo e inscrever essa complexidade da contradição em processo que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo.

Sobre o processo histórico no qual se constitui o capitalismo no Brasil, Gonçalves utiliza Caio Prado Júnior (2000) para apontar que a colônia atuaria como uma empresa produtora de mercadorias, isto é, os critérios de inserção na moderna produção mundial capitalista foram os pressupostos da formação do Estado Nacional brasileiro. As relações de produção que se dão nesse contexto convergem para a lucratividade do mercado europeu, de modo que as relações escravistas e de trabalho livre materializadas nesse contexto se constituem como especificidades de um mesmo todo capitalista em processo. Com isso, a escravidão moderna efetivamente não poderia ser caracterizada a partir do escravizado, portanto, como substrato de um modo de produção específico, mas como uma “instituição submetida às determinações da acumulação primitiva de formação do modo de produção capitalista, que imprimiam o seu sentido” (LABUR, 2010, p. 5).

Entre os anos de 1930 e 1970 um novo padrão de intervenção estatal passou a ser possível para um Estado que progressivamente se automatiza ao mesmo tempo em que se centralizava. Uma industrialização subsequente foi permitida mediante algumas condições, como, por exemplo, o estabelecimento de uma legislação trabalhista (a concretização das Leis Trabalhistas em 1943) e a formação de um parque industrial de base (a criação da Petrobras, siderúrgicas e metalúrgicas). A industrialização brasileira é intensificada com o fim da Segunda Guerra Mundial, por conta do *boom* fordista em uma espécie de expansão intensiva. A crise econômica dos anos 60, por sua vez, que desaguou no golpe civil-militar de 1964, poder ser entendida com parte do processo de ficcionalização da reprodução do capital que, neste período, expressa seus primeiros indícios, porquanto o endividamento passa a assumir relevância para a reprodução – não obstante o aumento da mais-valia global proporcionada pela exportação de capitais do boom fordista (LABUR, 2010).

Durante o período da ditadura civil-militar (1964 a 1985), a modernização retardatária que se desdobra a fim de atingir os níveis de produtividade impostos pela revolução da microeletrônica demonstra que a extensão do capital e da mais-valia produzida no processo de acumulação das empresas coexistiram com a dinâmica fictícia de acumulação, o que, por sua vez, vai se tornando uma condição necessária para viabilizar a reprodução do capital no país (LABUR, 2010). A ditadura havia completado o formato de substituição de importações iniciado nos anos de 1930, assim, a industrialização e urbanização tardias realizadas sob esse modelo correspondem ao completo desenvolvimento das relações sociais modernas em um país periférico. Com isso, a plena configuração dessa sociedade não acena para uma falta de capitalismo, à incapacidade burguesa ou à massa inapta à ética do trabalho: trata-se de uma condição imposta às periferias pela concorrência mundial. Portanto, “o esgotamento do ciclo da ditadura brasileira explicita a impossibilidade de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas do centro do capitalismo” (GONÇALVES, 2018, p. 138).

Nos anos de 1990, as transformações do capitalismo nos países centrais atravessaram a crise do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações nos anos de 1990 fazendo com que resolução de impasses fossem implantadas. Assim, importantes setores da indústria brasileira fecharam ou foram vendidas aos grandes monopólios multinacionais. Com isso, o Brasil se afunda mais e mais na sua condição periférica, uma vez que estava absolutamente dependente dos centros econômicos do mundo. Ainda que os países da periferia produzissem matérias-primas com alta tecnologia importada, eles não seriam capazes de concorrer no mercado mundial. A crítica feita por Gonçalves neste capítulo está inscrita na necessidade incontornável de superar os limites da forma social como, por exemplo, a exploração do trabalho, para que seja possível questionar a imposição do trabalho abstrato como traço destrutivo desse sistema de produção.

Entre 2003 e 2008, após duas décadas de crise, a economia brasileira presenciou um processo de reanimação artificial, o que Kurz chamou de “fugas para frente”, uma reação do capital no formato de bolhas especulativas. Durante esse período, os governos petistas investiram toda força destrutiva, tanto social quanto ecológica, do desenvolvimentismo. Assim, a ascensão do preço das *commodities* favoreceu o agronegócio e a extração vegetal e mineral, o que permitiu uma inversão na tendência de déficit da balança comercial do quadro de desindustrialização. A partir disso, houve um aquecimento do consumo no mercado interno por meio de ganhos reais no salário mínimo e farta oferta de crédito, provocando um crescimento no setor de serviços e a criação rapidamente de milhões de empregos de baixa remuneração e qualificação (MENEGAT, 2015).

No contexto proporcionado pelas bolhas financeiras, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi responsável por construir um “sistema original de gestão de uma sociedade que desmorona” (MENEGAT, 2015, p. 6), desviando-se do conflito antigo entre reforma e revolução. É preciso reconhecer, nesse sentido, a função (e, em um segundo momento, o limite) das políticas sociais apenas como plano complementar do esforço de reanimação econômica. A gestão desempenhada pelo lulo-petismo é caracterizada pela capacidade de minimizar a inércia da barbárie, combinando “transferência de renda, aumentos reais do salário mínimo, aquecimento do mercado interno de consumo e de trabalho e grandes investimentos em infraestrutura e, ainda, um braço punitivo hipertrofiado com encarceramento em massa e políticas superarmadas” (GONÇALVES, 2018, p. 146-147).

No entanto, desde 2008, o agravamento da crise mundial não permitia mais fabular esse sonho de desenvolvimento. Com isso, de 2010 em diante as névoas do fim de linha vão baixando sobre o horizonte. Assim, estourada a bolha financeira, sobram os canteiros de obras inacabadas, indígenas removidos de suas terras ancestrais, hidrelétricas sem fio, de projetos de fábricas que nunca existirão. Além disso, o desemprego cresce, a violência recrudescer, as prisões ficam abarrotadas e avança o apelo punitivista. Dessa forma, a expectativa de que o Estado seja o mediador frente às desumanidades características de uma crise econômica e civilizatória cada vez está sendo mais frustrada.

Anteriormente, Gonçalves abordou a questão da criação da raça e o seu vínculo com a escravidão moderna durante o período da colonização nas regiões que vão ser constituídas como a periferia do capitalismo. Além disso, trata de como esse traço se desdobra na realidade brasileira, que estabelece hierarquias sociais que determinam a experiência das mulheres, demonstrando que o racismo é constitutivo dessa sociabilidade. Para Sueli Carneiro (2017), por exemplo, a violência praticada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação que deriva disso está na origem da construção da identidade nacional, na qual é romantizada e erotizada a violência sexual contra essas mulheres. Nesse sentido, isso estrutura o mito da democracia racial no Brasil e organiza as hierarquias sexistas e racistas que se cruzam na condição da mulher não branca. Às mulheres negras não foi concedido o vazio do confinamento doméstico, uma vez que estavam destinadas ao trabalho mais pesado.

O que a autora busca dizer no final do seu texto é a abertura para novas possibilidades de resistência, definindo o “cuidado à vida” como objetivo principal, de forma a negar, sobretudo em um primeiro momento, as manifestações do poder destrutivo do patriarcado capitalista mais urgentes, independente do caminho que o desenvolvimento dele tomar.

Assim, estamos diante dessa crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias que reúne em seu bojo as próprias contradições que impedem a sua manutenção ao negar o valor-trabalho em virtude da automação, ao passo que parece negar também a quantidade finita de recursos naturais, uma vez que segue destruindo a matéria sensível do planeta. Desse modo, busca-se encontrar fugas que não sejam imediatistas e que também não possuam elementos de combate que constituem o próprio aparato repressor do modo de produção de mercadorias, como, por exemplo, a violência sexista e racista e a criminalização da pobreza – em suma, os meios punitivos do Estado.

À parte disso, considerando a importância do conteúdo exposto até aqui, identificamos um limite na tese central no que se refere à categoria de “mulheres” empregada na articulação dos argumentos. De modo geral, Gonçalves especifica a condição das mulheres periféricas em relação às mulheres do centro do sistema do patriarcado produtor de mercadorias. De modo mais específico, no capitalismo periférico, a autora distingue as hierarquias dos escombros entre mulheres brancas e mulheres não brancas, quando fala sobre a invenção da raça e as hierarquias dos escombros e a responsabilidade do racismo como traço constitutivo desse processo de socialização.

Antes disso, contudo, segundo Judith Butler, é um problema político que o feminismo encontra ao julgar a categoria de *mulheres* como uma identidade comum. Isso porque o gênero nem sempre se constituiu com coerência e consistência nos diferentes contextos históricos, além do gênero estabelecer intersecções raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais (BUTLER, 2003, p. 20). Nesse sentido, Gonçalves não lida com mulheres trans e travestis, cujas identidades estão sendo violentadas no processo de crise estrutural do patriarcado produtor de mercadorias. Ademais, estabelecer uma identidade

comum do sujeito feminista, no caso, mulheres cis, é pressupor que a opressão pelo gênero adquire um caráter universal, independente do contexto. Embora Gonçalves apresente algumas especificidades dos sujeitos que constituem as “mulheres dos escombros”, essas distinções ocorrem no interior somente da cisgeneridade, mostrando-se, por vezes, insuficiente.

Apesar de, no primeiro capítulo, Gonçalves esclarecer os pontos de partida que motivaram a tese,

dizendo que não partiu dos estudos clássicos de gênero, há uma limitação que se impõe sobre o sujeito do livro que deixa escapar parte fundamental que possibilitaria uma crítica estrutural ainda mais efetiva. Trata-se da transfobia. A fim de desenvolver as especificidades que o patriarcado capitalista adota na opressão de mulheres trans e travestis, quem são as outras mulheres que não estão nestas páginas mas estão caminhando também no fio da sobrevida?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Maurílio. (2013), “Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina”. *Revista Espaço e Cultura*, 34, Rio de Janeiro, UERJ, p. 195–230.

BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236 p.

CARNEIRO, Sueli. (ANO), *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em 13/04/2022.

FEDERICI, Silvia. (2016), *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Buenos Aires, Tinta y Limón Ediciones.

KURZ, Robert. (1998), *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes.

_____. (2014), *Crise e crítica: o limite interno do capital e o definimento do marxismo. Um fragmento. Segunda parte. Exit! Crise e crítica da sociedade das mercadorias*. Tradução Boaventura Antunes, [local da publicação], [editora]. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz410.htm>>. Acesso em: 30/05/2022.

LABUR/Grupo de Crítica do Valor-Dissociação. *Formação do Trabalho e Modernização retardatária no Brasil. Texto para debate entre os Grupos de Estudos Crítica do Valor-Dissociação (SP, Brasil) e EXIT! (Nurembergue, Alemanha)*. São Paulo, Laboratório de Geografia Humana – LABUR, FFLCH/USP, 2010 (não publicado ou mimeo).

MANDEL, Ernest. (1985), *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultural.

MENEGAT, Marildo. (2003), *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, FAPERJ.

_____. (2015), “O fim da gestão da barbárie”. *Revista Territórios transversais – resistência urbana em movimento*, n3, MTST.

MÉSZÁROS, István. (2002), *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo, Boitempo.

_____. (2010), *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. (1993), *Ecofeminismo*. Lisboa, Instituto Piaget.

PRADO JÚNIOR, Caio. (2000), *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais”. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO.

SCHOLZ, Roswitha. (ANO), *O valor é o homem*. (Local da publicação), (Editora). Disponível em:<<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 08/04/2022.

Chica Blanca

17.06.19



Rosiani Sanca Martins

Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Contato: <rosabelasanca@gmail.com>

DOMINGUES, Petrônio. AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA REPARAÇÃO HISTÓRICA. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.29, p. 164-176, 2005.

O texto a seguir trata-se de uma resenha do artigo *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica* de 2005, de autoria do historiador Petrônio Domingues, professor da Universidade Federal do Sergipe (UFS), no qual trata de uma breve discussão em torno da implementação da política de ação afirmativa no ensino superior.

O trabalho é dividido em quatro subtítulos, abordando basicamente duas questões inextricáveis entre si. Na primeira parte, o autor argumenta que a ação afirmativa constitui um ganho para a população negra no Brasil. Além disso, ele realiza uma série de objeções aos argumentos contrários à implementação das "cotas raciais" por acadêmicos no momento em que o debate estava em aberto. Ressalta-se que o artigo foi produzido no ano de 2003, e, portanto, havia uma grande polêmica em torno das chamadas cotas raciais, que dividiu acadêmicos, políticos e a sociedade brasileira no geral.

Desse modo, o autor expõe que a implementação da ação afirmativa é devido a uma histórica luta do Movimento Negro brasileiro, e apresenta a desigualdade sociorracial em várias instâncias da sociedade brasileira, como: mercado de trabalho e renda, acesso à saúde, distribuição geográfica na cidade de São Paulo, sendo vitimados pela violência e educação, representação em profissões de prestígio e na classe política do país. O escritor argumenta que os negros estão em situação de profunda desigualdade em relação aos brancos.

É abordada a política de ação afirmativa como meio para reduzir a desigualdade sociorracial em diversos âmbitos. Considera-se que em sua análise da conjuntura da desigualdade racial, baseado nos dados dos primeiros anos do século XXI, ele admite que a ação afirmativa é uma política paliativa e reformista. Entretanto, é uma política progressista, tendo em vista que está na contramão do que foi historicamente colocado pelas elites brancas do país.

Nesse sentido, o mesmo introduz o conceito de "ação afirmativa", como sendo primeiramente usada nos anos 60, pelo então presidente dos Estados Unidos John Kennedy, significando a implementação de políticas públicas e privadas que priorizam grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira. É significativo que, tal como no Brasil, a implementação dessa política em benefício da população afro-americana é fruto da luta do movimento negro nos EUA, sobretudo aqueles que faziam uma ampla defesa de direitos civis para a população afro-americana nos anos 60.

O escritor opta por usar a definição dos objetivos da política elaborada por Joaquim Barbosa Gomes, que afirma que é necessário realizar amplas transformações de várias naturezas, com o intuito de subverter o imaginário colocado, que concebe a população branca como ontologicamente superior do que a população negra, tendo, assim, uma discriminação generalizada.

Não obstante, Domingues argumenta que du-

rante o período de implementação da política de ação afirmativa nos EUA, as desigualdades entre brancos e negros enquanto, no mesmo período, as desigualdades entre brancos e negros no Brasil aumentaram. Ele nota que as políticas de ação afirmativas já existiam no Brasil para outros grupos discriminados negativamente, como indígenas, deficientes físicos e mulheres em legendas partidárias.

Entretanto, apenas com a implementação da política de ação afirmativa para a população negra, é que se tem uma polêmica, pois muitos setores da sociedade brasileira se posicionaram contra. O intelectual aborda que um evento que influenciou bastante na efetivação das ações afirmativas foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, realizada na África do Sul em 2001.

Nos anos decorrentes, alguns ministérios da república brasileira declararam que as empresas que prestassem serviços realizassem a ação afirmativa para negros e negras na contratação de funcionários. Já no âmbito educacional, em 2003, foi implementado pela primeira vez a reserva de vagas para a população afrodescendente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), seguida da Universidade de Brasília (UnB).

Posteriormente, é apresentado suas objeções aos argumentos contrários às cotas raciais no ensino superior. Um dos argumentos é que seria uma imitação do que foi feito nos Estados Unidos, ele alega que esse tipo de política não é limitado à realidade norte-americana, pois outros países fazem uso, como a África do Sul, Austrália, Nigéria, Índia e etc. Outro ponto que ele afirma ser recorrente, principalmente por segmentos da esquerda marxista ortodoxa, é que é uma política reformista e não revolucionária.

Ele explica, partindo de uma concepção trotskista, que é preciso ter um programa específico e geral na luta contra o capitalismo. Ele exemplifica como a reforma agrária, que é uma política reformista, porém no contexto brasileiro é uma reivindicação que coloca em xeque os interesses de grandes empresários do campo.

Assim funciona para a ação afirmativa, pois, por mais que seja uma política paliativa, com demarcação temporal pré-estabelecida, e sujeita a eventuais reavaliações, ela está no sentido oposto ao racismo institucional, que impede negros e negras a entrarem nas universidades do país. Com isso, apresenta que em 2001, apenas 1,3% dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) eram negros (as).

Nessa perspectiva, ser contra as ações afirmativas para a população negra é tão conservador quanto ser contra a reforma agrária. Ressalta-se que na primeira década do século XXI, figuras ultraconservadoras se posicionavam contra as ações afirmativas. Outra alegação comum daqueles que se colocam contra as cotas raciais, é mencionar que a ação afirmativa burla o critério do mérito na entrada de estudantes nas universidades.

O autor argumenta que o vestibular, na sociedade com desigualdades contrastantes como a brasileira, não é um crivo onde o mérito é respeitado, e sim um marcador de como uns têm e outros não possibilidades de investir em educação.

Outra fala que é recorrente contra as cotas é de que a entrada de estudantes de camadas desprivilegiadas da sociedade, como negros e pobres, promoveriam um rebaixamento na qualidade de ensino. Porém, prova-se o contrário, e assim o escritor recorre a pesquisas realizadas pelo Programa de Apoio ao Estudante da UERJ, no ano de 2003, que comprovam que os estudantes cotistas tiveram rendimento melhor do que aqueles da ampla concorrência.

Ele refuta também que o investimento da educação deve ser voltado para a educação básica, e não para reserva de vagas para grupos desfavorecidos nas universidades.

O próprio coloca que essas duas etapas da educação não são opostas, e sim complementares, e a efetivação das cotas raciais não está em detrimento do contínuo investimento na educação básica. Ele atesta que o investimento na educação básica de forma universal não impede que haja desigualdades escolares entre brancos e negros no Brasil, pois, desde 1929, essa desigualdade se mantém quase que inalterada.

Nesse sentido, é preciso que se realize políticas específicas tal como a ação afirmativa, que discrimine positivamente grupos excluídos, discriminados e marginalizados na sociedade, com o fim de corrigir as desigualdades estruturalmente colocadas.

Outra objeção dos opositores às cotas raciais é que o povo brasileiro não é a favor, e que essa política só acentuaria os conflitos raciais existentes. O autor demonstra, que a maioria dos detratores das cotas raciais são pessoas ricas, enquanto que aqueles que são favoráveis são majoritariamente de classes populares.

Além disso, ele argumenta que o racismo brasileiro tem uma característica perversa que é ser velado, que discrimina a população afro-brasileira, pessoal e institucionalmente, de forma tão grave que ele exemplifica que haviam mais médicos negros no Sul dos EUA e na África do Sul nas épocas de segregação racial, do que no Brasil.

A característica do racismo brasileiro, que detém a tese de que a miscigenação racial no Brasil é um fator que obstrui a discriminação de raça, constitui uma irrealidade e um instrumento ideológico que neutraliza a denúncia das contradições raciais na sociedade brasileira.

Com isso, as cotas raciais não só podem dimi-

nuir as desigualdades raciais, mas também tenciona a sociedade brasileira a realizar a discussão sobre o racismo na sociedade brasileira, pouco falado, pouco comentado, mas que silencia e vitimiza a todos.

Nas considerações finais, conclui-se, no artigo estudado, que a implementação das cotas raciais deve ser orientada a partir das diferentes realidades raciais nos diversos estados brasileiros, e que as ações afirmativas tencionam a sociedade brasileira a discutir sobre o racismo da história e atualmente no Brasil, e que é necessário fazer a defesa das cotas para acabar com o silêncio permanente sobre a questão.

Assim, o artigo lido traz uma série de discussões que ainda são existentes atualmente, visto que esse trabalho foi e continua sendo discutido por diversos estudiosos. Com isso, vê-se a importância do tema abordado, pois frente à discriminação racial e o racismo existentes, assegurar a existência da democracia racial é inconcebível e plenamente desvinculada da realidade brasileira. Nesse contexto, as ações afirmativas são mecanismos que buscam a correção das mudanças ocasionadas pela desigualdade racial.

Complete:

a) A República, de 1945 até hoje, compreende três períodos: democrática
populista, militar e Nova República.

de 1945 a 1964.



Crédito às Ilustrações

Fernanda Kaippert

Ilustra a capa

Sou Fernanda, estudante de Psicologia, que percebeu a arte como uma força poderosa de terapia e como uma ponte para dentro de mim. Por meio dela, me encontro – e mais importante – me expresso de infinitas maneiras.

Contato: <https://www.instagram.com/fk_artess/>.

Carmen Jimenez Castro

Ilustra a página 9

Sou Carmen Jimenez, estudante do 10º semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Tenho 23 anos e desde os 16 desenvolvi interesse por arquitetura, arte e design, criando desde colagens e ilustrações até pinturas e zines. Tenho uma marca de quadros de azulejos, chamada @blue.lejo, que remetem à cultura brasileira a qual pertencço.

Contato: <<https://carmenjimenez.46graus.com/>>.

Joel Almeida

Ilustra a página 17

O meu nome é Joel Almeida e nasci em Aveiro, Portugal, no ano de 1994. Desenho desde que me lembro e ainda hoje acordo com folhas e lápis espalhados pela cama. Sou licenciado em Arte e Design pela Escola Superior de Educação de Coimbra e tenho uma eterna paixão pela alquimia da Ilustração. Tenho projetos desenvolvidos no âmbito artístico, de design de produto, design gráfico e ilustração.

Considero-me um camaleão que caminha sobre um arco-íris na busca da sua verdadeira cor. O meu trabalho é reflexo disso mesmo pela diversidade de abordagens.

Contato: <<https://www.facebook.com/joelalmeidadesign/>>.

Fernanda Ribeiro Blanco

Ilustra a página 24

Curso Letras – Literaturas, embora seja também arquivista por formação e tenha trabalhado com isso nos últimos 10 anos. No entanto, nenhuma das duas graduações ou do trabalho tive um peso substancial na minha arte. A vida como um todo, desde sempre, que me motivou. Comecei a desenhar quando criança, pra me acalmar. Desenhava e escrevia sem parar (tenho diário desde os 11 anos – estou com 29), até que a terapia que comecei uma década atrás veio e aliviou um pouco minhas inquietações, mas sempre acabava descontando a ansiedade e a intensidade em algo – muitas vezes prejudicial pra minha saúde. Neste ano eu voltei a desenhar, após anos e anos parada, como uma forma de me expressar após um período em que, por estar muito medicada, eu não conseguia me concentrar o bastante para escrever ou ler. Foi meu bote salva-vidas, saca? Escrevo e desenho porque só respirar não basta. É meu jeito de me manter viva de fato.

Contato: <@asustentavelvezadanaoser>.

Laura Diniz Pascoal

Ilustra a página 27

Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Laura Pascoal debruça seus trabalhos por meio de colagens e pinturas, ligando preto e branco a cores berrantes, padronagens das letras de frases decompostas que a artista desenvolve com uma poética simultaneamente irônica, melancólica e, por vezes, bem-humorada entre o abstrato colorido e o figurativo humano realista. Tal diálogo faz de sua poética uma junção poderosa entre esses dois eixos.

Contato: <<https://www.instagram.com/lauradpascoal/>>.

Nominata

Agradecemos àqueles/as que atuaram como pareceristas no volume 19, número 1, Dossiê Temática Livre, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos textos submetidos.

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira - pontesrylanneive@gmail.com - Mestre em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Bianca Zacarias França - biancazfranca@hotmail.com - Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Camila Nunes de Oliveira - camilanoliveira@hotmail.com - Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Raquel Furtado Conte - rfconte@ucs.br - Doutora em Psicologia pela Universidade Feevale (FEEVALE).

Poema Eurístenes Portela - poemaeuristenes@iesp.uerj.br - Mestre em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Henrique Restier da Costa Souza - henrique.sociologia@gmail.com - Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Político (IESP).

Preservado em:



caes

U F M G